
AS NOVAS FORMAS DE GOVERNO DAS JUVENTUDES: DESEMPREGO E VIOLÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Alexandre Simão de Freitas**
*Cleiton de Barros Nunes***
*Sidney Carlos Rocha da Silva****

Resumo

O texto analisa as iniciativas que têm adotado a juventude como eixo articulador de políticas públicas específicas, contribuindo para uma problematização das agendas governamentais. Nesse percurso, apresenta como a juventude vem sendo apreendida a partir das categorias “risco e vulnerabilidade”, como expressão de um processo mais amplo de “governamentalização” do Estado, elucidando o lugar que a racionalidade governamental confere a questões como o desemprego juvenil, bem como o modo como esse problema pode ser equalizado política e pedagogicamente.

Palavras-chave: *Políticas de Juventude; Desemprego; Violência; Foucault.*

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A presente reflexão insere-se em pesquisa mais ampla que objetiva analisar as iniciativas que têm adotado a juventude como eixo articulador de políticas públicas específicas, verificando o grau de compreensão que os atores e os agentes institucionais locais têm sobre a natureza e a reprodução dos problemas da condição juvenil.¹ A discussão procura contribuir com uma problematização em torno da institucionalização das políticas de juventude pelas agendas governamentais.

Para isso, desenvolve inicialmente uma análise das práticas discursivas que têm se articulado para estabelecer a juventude tanto como um “problema epistemológico” quanto como um “problema político”. Nesse percurso, observa-se que a juventude vem sendo apreendida, fundamentalmente, a partir das categorias “risco e vulnerabilidade”. Esse tipo de caracterização foi apreendida como expressão de um processo mais amplo de *governamentalização* do Estado,² o que produz uma tematização da condição juvenil como “uma unidade descritível, mensurável,

conhecível e, por isso mesmo, governável” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 6).³

Como resultado, o sistema de pensamento que vem ancorando as intervenções estatais sobre os segmentos juvenis permanece localizando os jovens na cifra da periculosidade e da ameaça, objetivando suas experiências mediante dinâmicas normalizadoras, as quais funcionam como mecanismos de controle de suas condutas. Nesse âmbito, a juventude como objeto específico de intervenção do Estado inter-relaciona processos mais amplos de mudança cultural com a construção de representações específicas sobre os problemas que afetam os grupos juvenis, dentre os quais se destaca o desemprego. Esse é o cenário mais amplo em que essa reflexão se movimenta no esforço de apreender o processo de politização da condição juvenil, a partir de um trabalho de visibilidade centrado no binômio violência-juventude.

Nessa perspectiva, a discussão dos processos de governamentalização emerge como uma questão central, permitindo repensar o tratamento político e pedagógico endereçado aos segmentos juvenis na atualidade. A genealogia foucaultiana constitui-se em vetor central das análises efetivadas, na medida em que possibilita a compreensão da racionalidade subjacente às políticas de juventude, apontando um caminho de análise que discute as estratégias que pretendem qualificar um contingente populacional específico, apreendido ora como “incluído” ora como “excluído” do sistema de direitos.

O foco, portanto, não consiste em verificar o grau de efetividade das políticas de qualificação profissional e de emprego instituídas – nos três níveis de governo – que tentam diminuir o desemprego juvenil e viabilizar o ingresso da juventude no

* *Doutor em Sociologia; professor adjunto do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional; membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alexsbiva@uol.com.br*

** *Graduado em Pedagogia; pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos em Educação e Espiritualidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: mabacleiton@gmail.com*

*** *Graduado em Psicologia; pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos em Educação e Espiritualidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: mabasidney@yaboo.com.br*

mercado de trabalho. Mais do que analisar a eficácia dessas ações, o que se procura é evidenciar como a condição juvenil acaba por pautar sua existência pela junção de fatores como incerteza, precarização, violência, risco e vulnerabilidade no âmbito das políticas públicas que lhe são endereçadas. A ideia consiste em discutir o sentido atribuído à formação profissional dos jovens, elucidando a racionalidade governamental.

Nesse sentido, não temos a pretensão de inserir a reflexão no campo estrito das relações entre trabalho e educação, pois o que se busca é ampliar a visão do padrão de inserção dos problemas juvenis no discurso político, verificando se essa inserção não estaria repetindo uma velha matriz ancorada no adestramento e na moralização das experiências, incluindo a experiência de trabalho.⁴ Pretende-se, de fato, diante da realidade constatada de aumento do desemprego e do subemprego juvenil, a configuração de uma preocupação específica por parte dos governos em relação a essa questão.

O ponto de partida, contudo, permanece sendo o refluxo do Estado nas políticas sociais e a própria limitação das oportunidades de emprego geradas pelo padrão atual de acumulação do capital (HARVEY, 2003).⁵ Assim, preocupações relativas ao desemprego, ao fracasso educacional e ao ajustamento social dos jovens surgem como questões centrais na implementação de políticas públicas de integração social e profissional da juventude, em face dos riscos de rupturas sociais e econômicas inerentes aos processos de exclusão dos jovens.

JUVENTUDE, EXCLUSÃO E PROCESSOS DE MUDANÇA: AS CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT

Na última década, a institucionalização de políticas públicas, no Brasil, passou a incorporar novas variáveis quando da

Assim, preocupações relativas ao desemprego, ao fracasso educacional e ao ajustamento social dos jovens surgem como questões centrais na implementação de políticas públicas de integração social e profissional da juventude, em face dos riscos de rupturas sociais e econômicas inerentes aos processos de exclusão dos jovens.

abordagem dos problemas relativos à condição juvenil pelas agendas governamentais. Diferindo do que predominou em períodos anteriores, passou a prevalecer o entendimento de que as questões que afetam os jovens exigem a formulação e a implementação de políticas de inclusão específicas (ABRAMO; FRANCO, 2004; NOVAES; VANNUCHI, 2003).⁶ A prioridade da agenda governamental e do planejamento concernentes passou a se configurar pela busca de novos dispositivos que consideram simultaneamente o ciclo de vida das políticas públicas e as expressões dos jovens.

Para Sposito (2007),⁷ no entanto, o processo de tematização política do papel da juventude ainda padece de problemas específicos. O tratamento analítico permanece atravessado por uma tensão intrínseca, pois a primeira questão que se apresenta para os pesquisadores desse campo ainda é a própria indefinição da categoria juventude. Como resultado, a produção acadêmica permanece fortemente atrelada ao universo escolar, provocando uma forte adesão dos estudos sobre os grupos juvenis com a sua condição de alunos. Essa ênfase mantém as análises nos marcos de uma sociologia da escola, cujo limite revela-se na ausência de nexos empíricos e teóricos capazes de absorver outras dimensões da experiência socializadora e da sociabilidade dos jovens.

Por outro lado, a análise da produção recente sobre a juventude revela uma inflexão para o estudo dos jovens categorizados como em “situação de risco social”. Os jovens apreendidos ora como vítimas ora como promotores de um problema social específico (a violência) são representados como uma espécie de ameaça à estabilidade da sociedade. A magnitude dos problemas que afetam os jovens, na atualidade, tem levantado questões sobre as efetivas possibilidades de inserção dos diferentes segmentos juvenis no mercado de trabalho, no sistema educacional, na vida cultural.

Nesse cenário, o Estado vê-se obrigado a desenhar novas políticas de inclusão focalizadas nos diferentes grupos juvenis, fixando o tema na agenda pública por meio de uma “Política Nacional de Juventude”. A contribuição da Unesco nesse processo é incontestável. Em 1997, quando as chamadas “políticas de juventude” ainda não passavam de um murmúrio no debate político brasileiro, a Unesco já divulgava uma pesquisa nacional descrevendo a situação de vulnerabilidade dos jovens e a necessidade de se pensar políticas focalizadas.⁸

Contudo, a discursividade produzida nesse âmbito tem se concentrado mais nos efeitos (imagens projetadas da vítima, medo, custos com segurança) do que nas raízes estruturais da questão. Com isso, diz Argüello (2005):

sob o enunciado da proteção ofertada aos cidadãos de bem, oculta-se a impotência dos governantes em face da catarse de conflitos e tensões aos quais eles não podem ou não estão dispostos a responder, senão criando uma falsa ideia de unidade diante de um inimigo interno personificado na figura do outro: selecionado entre os membros dos setores socialmente vulneráveis.⁹

Por essa razão, ressaltamos a importância da analítica do poder desenvolvida por Michel Foucault na segunda metade dos anos 1970 no Collège de France. Ao analisar a racionalidade política moderna, Foucault (2008)¹⁰ defende que a disseminação

do sentimento difuso de insegurança tem sido historicamente um catalisador fundamental das ações de governo, na medida em que produz uma responsabilização individual por problemas sistêmicos, ao mesmo tempo em que faz proliferar dispositivos de segurança contra os “grupos perigosos” da sociedade. Esses dispositivos se efetivam a partir do que ele denomina “racismo de Estado”.¹¹ Trata-se de uma racionalidade política que, na pretensão de garantir a contenção das desordens geradas pelo acirramento da exclusão social e retração da proteção social (WACQUANT, 2002),¹² utiliza-se amplamente da estratégia de criminalização dos grupos considerados potencialmente perigosos.

Do ponto de vista mais estrito deste trabalho, interessa particularmente a abordagem foucaultiana das relações de poder, que “se situa e exerce no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de uma população” (FOUCAULT, 1979).¹³ Segundo essa análise, o exercício do poder emerge na forma de uma biopolítica que consiste em operar politicamente cortes constituintes na população como alvo da ação governamental. Assim, é possível compreender, com outras grades analíticas, as razões pelas quais, no âmbito das políticas públicas, se acoplou a imagem do jovem, sobretudo dos jovens das periferias urbanas, à violência.

Trata-se de um entendimento vital quando se busca apreender a relação entre juventude e desemprego na atualidade. Pois, apreendidos ora como vítimas ora como causas dessa problemática, os jovens passam a figurar nos discursos das políticas como um problema social a ser equacionado em termos político-pedagógicos.

A visibilidade da condição juvenil a partir da violência – quer como vítimas quer como protagonistas – favorece o desencadear de algumas ações públicas na segunda metade dos anos 1990. [...] Esse nexos, certamente já estabelecido entre jovens pobres e violência, favoreceu a disseminação de sentimentos de insegurança, consolidando a ideia de uma juventude potencialmente perigosa. (SPOSITO, 2007)¹⁴

Essa compreensão põe em ação programas e projetos que acentuam determinados modelos normativos. Muitas vezes, esses modelos deixam de contemplar outras figurações possíveis que emergem do campo de forças e disputas que constituem os jovens como atores políticos nos espaços públicos da sociedade. A juventude passa a representar uma categoria social sobre a qual inflete, de modo particular, a lógica regulamentadora dos sistemas sociais. Por isso mesmo, a análise das “políticas de qualificação e emprego” tem muito a ganhar quando avança em uma perspectiva que coloca em questão a própria racionalidade política da qual emergem.

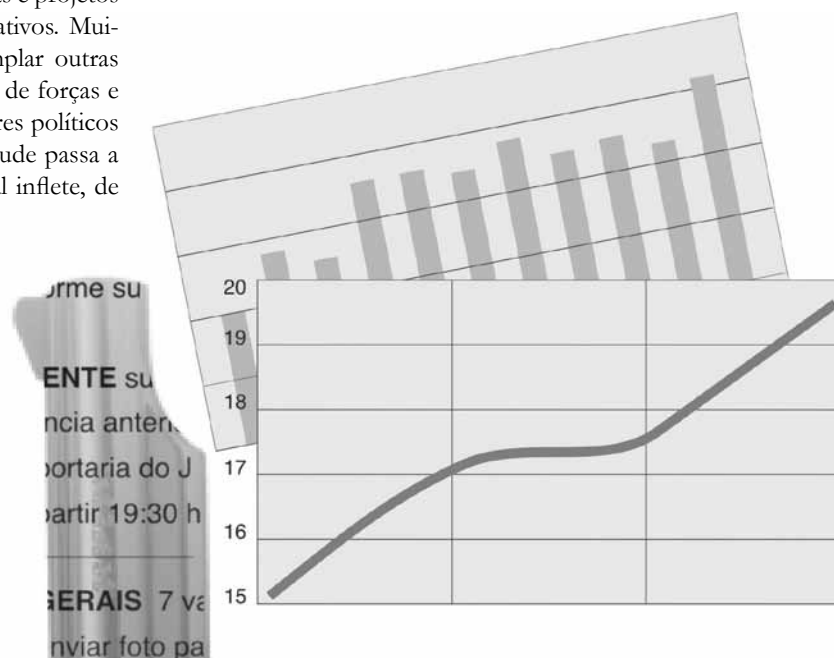
JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E DESEMPREGO COMO QUESTÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nas duas últimas décadas, o desemprego juvenil adquiriu densidade política mediante um trabalho de visibilidade centrado na ideia

de que a violência praticada e sofrida pelos jovens constitui um problema que demanda soluções específicas por parte do Estado, produzindo programas de ação que acentuam “certas atribuições calcadas em imagens positivas ou negativas que funcionam como modelos normativos, muitas vezes distantes dos jovens reais” (SPOSITO, 2007).¹⁵ O problema com esse tipo de abordagem é evidente: a própria explicação acaba por participar da construção do objeto produzindo um dispositivo explicativo circular. Em geral, nos discursos sobre o tema da violência juvenil, no Brasil, a localização da causa principal tem oscilado entre dois polos justificativos: a questão da impunidade pelo sistema policial/judiciário e a pobreza, a miséria, as desigualdades sociais ou simplesmente a privação relativa.¹⁶

Como Foucault observou, a modernidade, ao centralizar as atribuições de punição no Estado e criar ao mesmo tempo instituições policiais e judiciais para construir racionalmente a culpabilidade do sujeito criminal, criou também cadeias causais de explicação do criminoso. Essas cadeias, na sua perspectiva, representam dobras de um dispositivo de normalização dos comportamentos.

É um processo complexo de objetivação e subjetivação de normas sociais, a partir do qual os poderes públicos engendram formas de governo que pretendem qualificar os contingentes populacionais. No curso proferido em 1976 no Collège de France, sugestivamente intitulado “Em defesa da sociedade”, Foucault (1999)¹⁷ resalta um tipo de poder que se dirige aos indivíduos na medida em que formam uma massa global, ou seja, uma população.¹⁸ Nos cursos “Segurança, território e população” e “Nascimento da biopolítica”, ditados respectivamente nos anos 1978 e 1979, Foucault assinala, ainda, a emergência de novos modos de governar. Mais precisamente, ele interroga os pressupostos do complexo de regulamentação dos sistemas de proteção dos Estados ancorados em dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a).¹⁹



Isso significa que, quando apreendidos como “corpo-espécie”, os sujeitos têm sua experiência vital (nascimento, mortalidade, saúde, longevidade) inscrita nos mecanismos de gestão do Estado.²⁰ Os governos percebem que não estão simplesmente perante súditos, mas diante de uma população, com os seus fenômenos específicos, e que devem ser delimitados a partir de um conjunto multifacetado de discursos (demográfico, médico, psicológico, jurídico, pedagógico etc.).

Assim, apesar de não estar em contradição com sua descrição do poder disciplinar, a noção de biopolítica produz um deslocamento radical na análise do poder. Foucault descreve, de modo contundente, como, no momento mesmo em que a vida entra no cálculo político, o que se percebe é um aumento significativo da violência. Ou seja, o cuidado com a vida se faz acompanhar da multiplicação dos genocídios dentro e fora da nação. Logo, engendrar a vida das populações não se descola da produção contínua da morte, na justa medida em que são eliminados aqueles que se configuram como uma espécie de “perigo” (FOUCAULT, 1999).²¹ A biopolítica é o que torna aceitável o “tirar a vida” em uma sociedade de normalização.

Entretanto, Foucault faz questão de esclarecer que por “tirar a vida” não se entende somente o assassinato direto, mas as diversas formas de exposição à morte, às expulsões, às rejeições, ao aumento dos riscos e das vulnerabilidades para alguns. Ao partir de uma perspectiva que não naturaliza a condição de excluído, mas apreende a exclusão no âmbito de uma sociedade desigual, é possível problematizar o modo como o desemprego, ao ser fixado como uma identidade normativa, contribui para associar à figura do jovem desempregado o papel de desestabilização da normalidade social.

Dessa ótica, o desemprego juvenil é mais do que falta de trabalho: é condição de assujeitamento social, a partir da qual o Estado direciona sua ação política e pedagógica. A preocupação governamental com o desemprego juvenil é ordenada em função das consequências que dele podem ser geradas, tais como a violência nas suas diferentes configurações. Vale ressaltar como essa preocupação é configurada a partir de determinados indicadores (Tabela 1) que serão considerados na definição do “público-alvo” das políticas públicas de qualificação, emprego e renda.

Tabela 1

| População Ocupada (%) | Total das Seis Áreas | Recife | Salvador | Belo Horizonte | Rio de Janeiro | São Paulo | Porto Alegre |
|---|----------------------|--------|----------|----------------|----------------|-----------|--------------|
| SEXO | | | | | | | |
| Masculino | 55,2 | 56,4 | 54,1 | 54,1 | 55,9 | 55,2 | 55,1 |
| Feminino | 44,8 | 43,6 | 45,9 | 45,9 | 44,1 | 44,8 | 44,9 |
| FAIXA ETÁRIA | | | | | | | |
| 10 a 14 anos | 0,2 | 0,1 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |
| 15 a 17 anos | 1,4 | 0,5 | 0,9 | 1,9 | 0,9 | 1,7 | 1,9 |
| 18 a 24 anos | 14,8 | 13,9 | 14,0 | 16,9 | 12,0 | 16,0 | 15,4 |
| 25 a 49 anos | 63,1 | 66,4 | 66,7 | 61,5 | 62,4 | 62,6 | 63,3 |
| 50 anos ou mais | 20,5 | 19,1 | 18,0 | 19,4 | 24,4 | 19,6 | 19,2 |
| ANOS DE ESTUDO | | | | | | | |
| Sem instrução ou < 1 ano | 1,6 | 2,3 | 2,5 | 1,5 | 1,6 | 1,5 | 1,1 |
| 1 a 3 anos | 4,0 | 4,0 | 4,8 | 3,7 | 4,4 | 3,7 | 4,0 |
| 4 a 7 anos | 19,3 | 19,9 | 17,6 | 22,6 | 18,3 | 18,6 | 21,8 |
| 8 a 10 anos | 17,3 | 17,0 | 16,6 | 17,9 | 18,2 | 16,2 | 20,2 |
| 11 anos ou mais | 57,7 | 56,3 | 58,4 | 54,1 | 57,4 | 59,9 | 52,8 |
| HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA | | | | | | | |
| Até 39 horas | 17,6 | 20,5 | 23,4 | 20,1 | 17,4 | 15,7 | 16,3 |
| 40 a 44 horas | 52,0 | 48,0 | 47,7 | 55,5 | 48,3 | 52,8 | 61,0 |
| 45 horas ou mais | 30,5 | 31,5 | 28,9 | 24,3 | 34,2 | 31,6 | 22,7 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal.

Dentre outros elementos, os dados destacados permitem verificar o número de ocupados com o número da população em idade ativa, pois foi estimado, com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE²² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), um contingente de aproximadamente 40,7 milhões de pessoas em idade ativa no conjunto das seis regiões metropolitanas. A proporção entre as pessoas ocupadas (21 milhões) em relação à população em idade ativa (40,7 milhões) é de apenas 57,7%, ou seja, 42,3% da população em idade ativa estão no

subemprego ou estão simplesmente engrossando o chamado desemprego estrutural.

É possível perceber, também, que a população masculina ocupa a maior parte das vagas de trabalho (55,2%). A partir da perspectiva etária, observamos que, entre 15 e 24 anos, a média da população que tem ocupação é de 16,2%. Trata-se justamente da população que tem sido alvo de investigação por sua peculiaridade quando enquadrada em situação de risco e vulnerabilidade. A experiência, tanto nacional quanto internacional, demonstra

que os jovens são mais afetados pelo desemprego que os adultos, não sendo assim um problema exclusivo das nações periféricas. Em 2004, segundo dados da OIT²³ (Organização Internacional do Trabalho), havia no mundo 88,2 milhões de jovens na situação de desemprego aberto, o que representava 47% do total de indivíduos desempregados no planeta (185,9 milhões). A taxa de desemprego dos jovens é quase o dobro da taxa de desemprego total de cada país.

No Brasil, os jovens representam 20,1% da população, segundo o Censo de 2000 do IBGE.²⁴ Eles são 34,1 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos. Em termos mundiais, temos a quinta maior população juvenil.

Dessa forma, o desemprego atinge cerca de 4 milhões de jovens, conforme destacam os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De 1980 para 1997, cresceu quase três vezes o desemprego juvenil, sendo duas vezes superior ao desemprego total. De acordo com o IBGE, 52,9% das pessoas com menos de 24 anos estavam desempregados em 1996. Para um aumento médio de 1,1% da força de trabalho juvenil entre 1986 e 1996, o nível de ocupação diminuiu a uma média de 0,4% ao ano.

Segundo Pochmann (1998),²⁵ a inserção ocupacional dos jovens, isto é, a passagem da inatividade para a atividade é por si marcada por incertezas e experimentações. Os jovens tendem

a ocupar empregos mais instáveis e precários. Ainda de acordo com esse autor, o desemprego juvenil se destaca como uma das características da transformação do mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990, colocando em questão o próprio modelo de desenvolvimento da sociedade, exigindo intervenções políticas que levem os jovens a retardar o ingresso no mercado de trabalho. Não obstante, o efeito paradoxal é a ampliação da dependência das famílias para com as políticas públicas²⁶ Essa situação gera um misto de frustração e revolta, com consequências diretas para os segmentos juvenis.

Nessa mesma direção, Carrano e Sposito (2003)²⁷ enfatizam que, por meio do desemprego juvenil e da ampliação da exclusão social, os jovens passam a enfrentar obstáculos crescentes, em alguns casos intransponíveis, para sustentar as condições de vida e trabalho. Mais do que isso, a própria juventude passa a ser vivenciada, ela mesma, como um obstáculo, repercutindo negativamente na forma como os jovens, e conseqüentemente a própria sociedade, se relacionam com a condição juvenil.

A dramaticidade dessa situação pode ser apreendida quando aproximamos os dados relativos ao desemprego juvenil do número de óbitos violentos ocorridos no país (Tabela 2), entre os anos 1990 e 2007, na população de 15 a 24 anos do sexo masculino.

Tabela 2

| Ano | Proporção média de registro de óbitos violentos no total de óbitos, grupo de idade 15 a 24 anos (%) | | | | | |
|---------------|---|-----------------|----------|---------|------|--------------|
| | Brasil | Grandes Regiões | | | | |
| | | Norte | Nordeste | Sudeste | Sul | Centro-Oeste |
| Homens | | | | | | |
| 1990 | 60,6 | 45,4 | 52,9 | 64,1 | 63,6 | 62,0 |
| 1991 | 60,4 | 48,3 | 52,9 | 63,7 | 63,6 | 61,1 |
| 1992 | 60,6 | 50,4 | 53,4 | 63,6 | 63,6 | 61,3 |
| 1993 | 60,8 | 52,5 | 53,7 | 63,5 | 64,4 | 61,9 |
| 1994 | 61,7 | 54,1 | 55,0 | 64,0 | 65,7 | 64,1 |
| 1995 | 62,8 | 56,2 | 56,1 | 64,9 | 66,9 | 65,6 |
| 1996 | 63,7 | 57,7 | 58,3 | 68,4 | 67,3 | 67,4 |
| 1997 | 65,7 | 59,2 | 59,6 | 71,8 | 66,5 | 68,2 |
| 1998 | 67,8 | 59,2 | 60,4 | 75,5 | 65,9 | 69,2 |
| 1999 | 69,5 | 57,8 | 58,7 | 76,7 | 66,5 | 68,5 |
| 2000 | 70,1 | 56,0 | 57,5 | 78,3 | 68,2 | 68,9 |
| 2002 | 70,2 | 55,7 | 57,1 | 78,7 | 69,0 | 68,9 |
| 2003 | 69,9 | 53,8 | 57,5 | 78,5 | 69,8 | 69,8 |
| 2004 | 69,3 | 51,8 | 57,6 | 77,8 | 70,5 | 70,4 |
| 2005 | 68,2 | 52,2 | 57,5 | 76,4 | 70,9 | 69,7 |
| 2006 | 68,0 | 54,2 | 58,8 | 75,5 | 70,9 | 69,2 |
| 2007 | 67,7 | 56,6 | 59,5 | 74,5 | 70,2 | 67,8 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 1990/2007.

Esses dados são um recorte da pesquisa realizada pelo IBGE, a partir do qual é possível verificar que no país como um todo, em 1990, cerca de 60% dos óbitos masculinos ocorridos nessa faixa etária de 15 e 24 anos estavam relacionados às causas violentas.

Esse valor sobe sistematicamente ao longo de toda década e início da atual, chegando em 2002 a atingir uma proporção de 70,2%, ou seja, um incremento de 16%, declinando para 67,7% em 2007 (o que não deixa de ser um resultado alarmante). Esse

Há uma associação entre desemprego e violência juvenil, o que contribui para criar a ambiência necessária para legitimar a necessidade de políticas públicas específicas tais como: políticas de ocupação do tempo livre, de inserção profissional e de integração social da juventude.

é um fenômeno que ocorre em todas as regiões, à exceção do Norte e Nordeste, onde a tendência continua sendo de crescimento, e apresentando-se estável no Sul.

Os dados tornam inteligível o porquê do direcionamento das atenções recentes das políticas de emprego, trabalho e renda para a problemática da enorme violência, em geral, e da violência juvenil, em particular. Por essa razão, quando se trata da população juvenil, a discussão em torno da inserção ativa no mercado de trabalho está associada diretamente à tematização das situações de violência, caracterizadoras da condição de risco e vulnerabilidade desses segmentos. Há uma associação entre desemprego e violência juvenil, o que contribui para criar a ambiência necessária para legitimar a necessidade de políticas públicas específicas, tais como: políticas de ocupação do tempo livre, de inserção profissional e de integração social da juventude.

Em linhas gerais, essas políticas apreendem a relação entre o desemprego e a violência juvenil como um indicador da crise social contemporânea. Por isso, Pochmann (1998)²⁸ destaca que, a partir da década de 1990, a percepção difusa de uma crise social, especificamente, juvenil, faz com que a relação entre processos de escolarização, inserção no mercado de trabalho e estímulo à qualificação profissional tenha como eixo condutor as noções de risco e vulnerabilidade juvenil, exigindo uma atenção especial do Estado e da sociedade. Todavia, na perspectiva aqui adotada, essas categorias não podem ser apreendidas como simples instrumentos de equalização dos problemas focalizados, uma vez que as políticas também exercem um papel importante na configuração das questões diagnosticadas. Há de se questionar em que medida as respostas geradas são capazes de confrontar os estereótipos e estigmas que, historicamente, têm aprisionado os chamados “sujeitos excluídos”.

As políticas públicas apenas configuram-se como estratégias de democratização na medida em que não contribuem para culpabilizar aqueles atores individuais e coletivos que já se encontram

desafiliados (CASTEL, 1998)²⁹ da esfera pública. Nesse caso, é preciso problematizar as próprias imagens que são postas para circular no processo de implantação das políticas, analisando as representações que tornam determinados segmentos da população alvos da ação estatal. Isso é importante na medida em que a forma como os jovens em situação de desemprego são abordados pode contribuir tanto para acirrar o processo de assujeitamento quanto para desencadear dinâmicas de resistência na qual os atores se percebam, eles mesmos, como sujeitos de direito dessas políticas. O modo como se processa a inclusão na/da política de determinados segmentos sociais pode se constituir em uma dinâmica legitimadora da violência material e simbólica, cabendo interrogar a forma como a articulação de saberes e poderes engendra ou desconstrói as relações sociais e políticas.

O PONTO-CEGO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PROFISSIONAL DE JOVENS

Nesse contexto, um conjunto multifacetado de programas e projetos foi instituído, em nosso país, como forma de integrar social e profissionalmente os jovens das camadas populares por meio da inserção no mundo do trabalho e de cursos de qualificação profissional, na maioria deles articulando o acesso e a permanência dos jovens a quem são endereçados na escola formal. Essas iniciativas variam em termos de agentes (governos, instituições filantrópicas e ONGs), de objetivos (inserção profissional, formação e qualificação, assistência social) e de tempo de funcionamento. No entanto, esses programas têm em comum os jovens das periferias urbanas apreendidos como em situação de risco social (SPOSITO, 2007).³⁰

Não se questiona aqui o crescimento da exclusão social entre os jovens em face do atual processo de modernização do capitalismo contemporâneo, bem como a necessidade de prescrições específicas para que o Estado coordene ações públicas de inclusão da juventude brasileira, sobretudo no que se refere a políticas de trabalho, escolarização e renda. Contudo, é preciso discutir a natureza e o padrão de intervenção predominante nessas ações, apreendendo o lugar que a experiência do trabalho ocupa concretamente na vida dos jovens afetados pelas políticas. Segundo Corrochano (2005), mesmo quando observamos as taxas de desemprego,

também aí temos questões específicas a serem observadas. Se considerarmos o desemprego enquanto uma construção social, cabe questionarmos o porquê das taxas mais elevadas de desemprego entre os jovens e o porquê do debate em torno do desemprego juvenil ganhar tanto destaque no espaço público. [...] Uma outra questão importante a debater diz respeito às próprias políticas públicas a serem construídas para esse grupo. Que políticas? E se considerarmos a diversidade tão presente entre os jovens, que políticas, para quais jovens?³¹

Nessa direção, uma questão central é a investigação do trabalho como uma referência na vida dos jovens: que sentidos o trabalho assume, delimitando a maneira como os jovens vivenciam suas

experiências de trabalho, para além das taxas de desemprego. Nessa reflexão, concordamos com Corrochano (2005)³² sobre a centralidade da escolarização nessa discussão.

Pois, se, por um lado, essa geração é a mais escolarizada dos últimos anos no Brasil, por outro, dados oriundos de pesquisas empíricas apontam para um descolamento das trajetórias de escolarização e de profissionalização entre os jovens das periferias urbanas. Isso significa que a presença nos Ensinos Fundamental e Médio não é uma garantia de construção, pelos jovens, de um projeto de profissionalização.

Essas são questões fundamentais para compreender as oportunidades concretas de inserção e permanência qualificada no mercado de trabalho. O trabalho carrega sentidos diversos entre os jovens, desde a possibilidade de tornar-se independente dos pais até o desejo de entrar no universo do consumo, o que é importante para apreender a relação que eles estabelecem com as políticas que lhes são endereçadas, explicitando como os próprios jovens estão vivendo a situação, seja de emprego ou de desemprego.

Mais especificamente, é vital considerar o trabalho e a educação como direitos, e não como uma forma de controle social, visando a prevenir riscos ou vulnerabilidades reais ou potenciais. As ações públicas comumente são implementadas sem considerar os desejos, as expectativas e as necessidades dos sujeitos, reificando uma visão da juventude como “problema a ser resolvido” pelas políticas.

Por exemplo: a ideia de que é preciso gerar alternativas de trabalho e renda para jovens para que os jovens não se envolvam com o crime. Ora, desse modo não estaríamos considerando o trabalho como um direito das jovens gerações, mas como uma forma de combater a violência. Acredito sobretudo na perspectiva dos jovens como sujeitos de direitos. Quando pensamos nas questões do trabalho, também é importante perceber o trabalho como um direito dos jovens e, quando falo em trabalho, não estou compreendendo apenas o trabalho assalariado. A perspectiva é mais ampla, assim como o direito à educação, ao lazer, à cultura, ao tempo livre. (CORROCHANO, 2005)³³

Esse tipo de análise acaba por produzir um desencontro em relação às perspectivas dos próprios jovens e, ao mesmo tempo, “o que fazer com o desejo ou necessidade desses jovens de trabalhar? O que podemos apresentar a eles? Em todos esses casos, é importante perceber se essas alternativas estão de fato permitindo o alargamento das perspectivas profissionais desses jovens”.³⁴

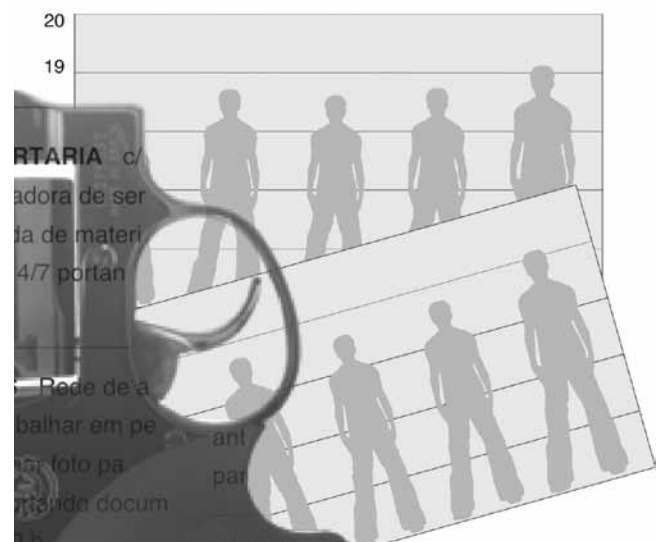
Com base nessas análises, registramos a necessidade de problematizar a suposta universalidade da categoria juventude, tal como vem sendo mobilizada pelas políticas, uma vez que as definições e as expectativas que as sociedades constroem, mesmo quando se referem a grupos juvenis específicos, adquirem contornos no bojo de disputas políticas, pois cada sociedade investe nos atributos dos segmentos juvenis, apontando-os ora como responsáveis pela mudança social, ora como problemas sociais (ABRAMO, 1997).³⁵ O principal desafio consiste, ainda, em articular projetos e ações que assegurem igualdade de direitos, valorização da diversidade e respostas concretas às demandas recentes da condição juvenil. Hoje,

no campo da construção social da juventude, como categoria a mobilizar a ação pública, fica evidente o seu conteúdo normativo. De algum modo as iniciativas tomam por pressuposto o que seria desejável para os jovens em função de certa concepção de suas necessidades, que poderão ser, eventualmente, transformadas em acesso a programas, equipamentos e serviços e consolidar uma esfera própria de direitos. (CARRANO; SPOSITO, 2003)³⁶

Os resultados sistematizados pelas pesquisas mais recentes revelam que o modo de tematização hegemônico, ao criar um nexo produzido entre juventude e violência, pode ser mais bem compreendido quando se insere a lógica articulatória das políticas de juventude em um *continuum* histórico mais amplo. Pois, como as análises foucaultianas permitem ressaltar, a disseminação de sentimentos de insegurança atrelados à ideia de grupos populacionais perigosos inscreve-se no marco de novas formas de regulamentação do Estado que remontam ao século XIX (FOUCAULT, 2008).³⁷ Os padrões normativos naturalizados, em geral, apresentam-se como ações regulamentadoras, e, no limite, como ações compensatórias.

Essa situação transparece no desenho das políticas atuais voltadas aos jovens; desenho claramente subordinado ao tema da segurança pública (SPOSITO, 2007).³⁸ Mesmo constatando uma maior abertura da temática na agenda dos governos, observa-se uma baixa participação de atores externos na concepção das ações. O ponto problemático encontra-se na construção social da juventude como uma categoria potencialmente perigosa, devido à sua própria condição etária. Enquanto as políticas abordam discursivamente os jovens como sujeitos de direitos, a caracterização do seu comportamento permanece atrelada à ideia do jovem como uma ameaça. A preocupação, ainda, é a de tirar o jovem de determinado “lugar” e localizá-lo em outro, considerado mais adequado (definido pela própria política, e nunca pelos próprios sujeitos).

Com isso, mais uma vez, não estamos defendendo o fim das políticas específicas voltadas aos jovens, mas alertando apenas para o fato de que é preciso refletir sobre as estratégias utilizadas para lidar com as experiências de cada uma das juventudes delimitadas pelos governos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, emergiu, portanto, uma percepção de que o jovem se torna um problema político e social. Contudo, sua atuação no cenário social foi e continua sendo apreendida como “comportamentos de risco e vulnerabilidade”. Com isso, sua in/exclusão é pensada fundamentalmente em termos de formas sociais hegemônicas, legitimadas. Nesse sentido, podemos dizer, parafraseando Veiga-Neto (2001),³⁹ que as políticas de inclusão dos jovens

se configuram como um dispositivo que objetiva incluir para conhecer e conhecer para [melhor] excluir.

Não obstante, e nesse ponto a análise de Foucault também é incisiva, toda forma de exercício do poder supõe uma margem de liberdade. Assim, se é verdade que a biopolítica aponta para o processo de regulamentação da população jovem pela cifra da segurança, por outro, a noção torna evidente que as subjetividades, os modos como os jovens se constituem na relação consigo mesmos e com os outros, constituem, na contemporaneidade, o lugar de emergência de contrapoderes.

Desse modo, o tema das nossas reflexões precisa se deslocar do âmbito estrito da violência juvenil (sem, obviamente, desconsiderar essa fenomenologia) para os modos como a juventude vem sendo tratada como um problema social, problematizando como se estabelecem as relações com os jovens. Nesse sentido, as análises foucaultianas sobre os “processos de normalização” são complementadas com seus estudos sobre os “processos de subjetivação”. Aqui, a analítica do poder compreende que a política pressupõe a subjetividade e, ao mesmo tempo, que a subjetividade (ou o processo de subjetivação) só pode ocorrer como resultado do exercício da política.

A noção de subjetivação, como expressão de um tipo de relação entre tecnologias de governo sobre os outros e sobre si mesmo, permite situar os jogos de verdade constitutivos da experiência do sujeito em uma determinada trama histórica.

A constituição da experiência de si ocorre no ponto de articulação entre as técnicas de governo dos outros e as técnicas de governo de si. O que significa dizer que tanto o conhecimento quanto a produção de nós mesmos tornou-se um elemento de importância capital para os processos políticos na atualidade. A fecundidade política e sociológica desse tipo de discussão aparece com clareza quando formulamos a questão: Como nós constituímos nossa identidade?

Foucault (2008)⁴⁰ compreende que a resposta a essa pergunta implica apreender que um dos principais componentes da tecnologia política efetivada pelo poder contemporâneo consiste em fazer com que a subjetividade torne-se um dis-

positivo privilegiado de normalização e de adaptação, cujo mecanismo marca os jogos de verdade nas sociedades de controle. Nossa hipótese é de que a subjetividade não é algo naturalmente dado, o que significa dizer que não herdamos o que somos. Em outras palavras, ao enfatizar que o sujeito é da ordem da produção; produção essa que é resultado de práticas historicamente reguladas.

Em seus últimos cursos no Collège de France, Foucault ressalta que somos constituídos na medida em que nos reconhecemos ou não conforme as normas, as regras ou os discursos de verdade enunciados em uma dada formação social e cultural. Desse modo, os processos de subjetivação tanto podem desencadear dinâmicas normalizadoras, ou seja, objetivadoras, quanto dinâmicas de resistência, sendo de fundamental importância compreender como o “outro” é narrado e representado pelos discursos que circulam em uma dada configuração sociocultural.

Trata-se de questões fundamentais, na medida em que nos permitem interrogar até que ponto essas imagens e representações possibilitam o desencadeamento de práticas sociais que permitam aos jovens brasileiros, sobretudo os jovens das periferias urbanas, agirem e se reconhecerem de maneira mais livre e autônoma, ao mesmo tempo em que contribuem para uma sociedade efetivamente democrática, potencializando novas formas de reciprocidade intra e entregerações e evitando os reducionismos sociais e políticos.

NOTAS

- ¹ O projeto é apoiado simultaneamente pela Fapece e pelo CNPq e possui três eixos centrais de problematização: o mapeamento dos desenhos institucionais construídos pelos governos locais para a gestão das políticas de juventude, focalizando as imagens construídas sobre os jovens destinatários das iniciativas; a realização de estudos de caso para entender o impacto das políticas de juventude do ponto de vista dos atores; a análise dos movimentos da sociedade civil que envolve práticas associativas, movidas pelo eixo da solidariedade para verificar como elas têm lidado com a diversidade dos grupos juvenis e sua contribuição na luta pelo reconhecimento dos direitos coletivos dos jovens.
- ² Ver FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- ³ VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc. Campinas**, v. 28, n. 100, especial, p. 947-963, out. 2007.
- ⁴ Assim, o presente texto não pretende discutir as especificidades e causas do desemprego juvenil, assim como soluções possíveis para esse problema brasileiro. Daí a ausência de uma discussão mais refinada em torno do esgotamento do modelo fordista-keynesiano de acumulação do capital e a emergência de um novo padrão de regulação econômica, apreendido pelo movimento de reestruturação capitalista que, acirrando a concorrência, amplia os mecanismos de aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, provocando mudanças de ordem política, econômica e cultural.
- ⁵ HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- ⁶ ABRAMO, H. W.; FRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004; NOVAES, R.; VANNUCHI, P. trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2003.
- ⁷ SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

- ⁸ UNESCO. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1997.
- ⁹ ARGÜELLO, K. **Do Estado social ao Estado penal: a violência punitiva neoliberal e o Estado democrático de direito**. 2005. p. 1. (mimeo)
- ¹⁰ FOUCAULT, M. Op. cit., 2008.
- ¹¹ Racismo entendido como uma forma de inserir cesuras onde há apenas vida. Conceito político, e não biológico, o racismo de Estado inclui uma nova prática de exercício do poder que questiona as categorias jurídico-políticas tradicionais.
- ¹² WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ¹³ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 129.
- ¹⁴ SPOSITO, M. P. Op. cit., 2007, p. 7-8.
- ¹⁵ Id. Ibid., p. 10-11.
- ¹⁶ PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ¹⁷ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ¹⁸ As pesquisas de Foucault sobre essa problemática têm despertado um conjunto variado de interesses. A publicação recente dos seus cursos no Collège de France tem estimulado os pesquisadores a reverem o significado desses textos em relação à sua obra publicada. De fato, os cursos no final dessa década parecem prosseguir uma interrogação fundamental: o que fazer do outro, o outro a que designamos como diferente, como desviante da norma?
- ¹⁹ FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- ²⁰ A introdução da vida na esfera política governamentalizada constitui, portanto, um acontecimento decisivo da modernidade. Medidas de saúde pública, controle da imigração, dentre outras estratégias de regulamentação, desvelam a natureza biopolítica das ações governamentais.
- ²¹ FOUCAULT, M. Op. cit., 2008.
- ²² IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/princ_carac_trab_dom.pdf>.
- ²³ OIT. **Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Organização Internacional do Trabalho, jan. 2004. Disponível em: <www.mulheresnobrasil.org.br>. (relatório final)
- ²⁴ IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/comentarios.pdf>>.
- ²⁵ POCHMANN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.
- ²⁶ Um elemento contraditório, nesse debate, refere-se ao lugar da escolaridade. Como lembra Pochmann (op. cit., 1998), o discurso do empresariado e de outros agentes do capital tem afirmado que o desemprego resulta da falta de capacitação, o que não é exato, haja vista que houve uma ampliação efetiva dos índices de escolaridade e têm-se, atualmente, os jovens mais qualificados de nossa história. Os agentes empregadores têm mobilizado, de forma perversa, o discurso de exigência de maior qualificação, escolaridade e experiência profissional como forma de tratar individualmente um problema estrutural.
- ²⁷ CARRANO, P. C.; SPOSITO, M. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: LEÓN, O. D. (Ed.). Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: CIDPA, 2003.
- ²⁸ POCHMANN. Op. cit., 1998.
- ²⁹ CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ³⁰ Para uma análise do tipo de integração ao mercado de trabalho possibilitado por tais experiências, ver os trabalhos de Pochmann (Op. cit., 1998) e Sposito (Op. cit., 2007).
- ³¹ CORROCHANO, M. C. Trabalho e juventude: entrevista com Maria Carla Corrochano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 8, p. 99-104, 2005.
- ³² Id. Ibid.
- ³³ Id. Ibid., p. 4.
- ³⁴ Id. Ibid., p. 5.
- ³⁵ ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 25-36, 1997.
- ³⁶ CARRANO, P. C.; SPOSITO, M. P. Op. cit., 2003.
- ³⁷ FOUCAULT, M. Op. cit., 2008.
- ³⁸ SPOSITO, M. P. Op. cit., 2007.
- ³⁹ VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ⁴⁰ FOUCAULT, M. Op. cit., 2008.

ABSTRACT

*Alexandre Simão de Freitas; Cleiton de Barros Nunes; Sidney Carlos Rocha da Silva. **The new forms of youth governments: unemployment and violence in public policies.***

The text analyses the initiatives that have adopted youth as the focus of specific public policies, contributing to a questioning of government agendas. It shows how youth has been seized from "risk and vulnerability" categories, as an expression of a wider process of the State's governmentalization, enhancing the importance that governmental rationality gives to issues such as youth unemployment, as well as how this problem can be solved politically and pedagogically.

Keywords: *Youth Policies; Unemployment; Violence; Michel Foucault.*

RESUMEN

*Alexandre Simão de Freitas; Cleiton de Barros Nunes; Sidney Carlos Rocha da Silva. **Las nuevas formas de gobierno de las juventudes: desempleo y violencia en las políticas públicas***

El texto analiza las iniciativas que ha estado adoptando la juventud como eje articulador de políticas públicas específicas, contribuyendo para una problematización de las agendas gubernamentales. En su recorrido, presenta cómo la juventud ha estado siendo aprehendida a partir de las categorías "riesgo y vulnerabilidad", como expresión de un proceso más amplio de gubernamentalización del Estado, aclarando el lugar que la racionalidad gubernamental confiere a temas como el desempleo juvenil, así como el modo cómo ese problema puede equalizarse política y pedagógicamente.

Palabras clave: *Políticas de juventud; Desempleo; Violencia; Michel Foucault.*

